

CARRA

Receba nossos informativos online. Cadastre seu e-mail no site www.sindsep-pe.com.br

Mala Direta Postal Básica
9912264199/2015-DR/PE
SINDSEP/PE
CORREIOS

Encontros setoriais discutem demandas específicas

▶ páginas 9, 10 e 11



Ato no Recife encerra primeira etapa da **Caravana da Democracia**

▶ página 8



▶ páginas 6 e 7

Pré-sal prestes a ser entregue às multinacionais

▶ páginas 6 e 7



Massangana: A História do Brasil em forma de arte

▶ páginas 3 e 4



Em estado de **greve**, trabalhadores da **Ebserh** negociam na **Justiça**

▶ página 5

A lógica do Estado mínimo

Éis que o projeto de desmonte do Estado, uma regra do neoliberalismo, volta a ser uma realidade no Brasil governado pelo interino e golpista Michel Temer (PMDB) e seus comparsas. Enquanto o projeto de José Serra (PSDB), para retirar a obrigatoriedade da Petrobras participar da extração de petróleo da camada pré-sal estava sendo aprovado no Congresso, em julho, já corria a informação de que o governo estava preparando a fusão entre Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) e entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Esperamos que seja apenas especulação.

O governo Fernando Henrique Cardoso implantou as privatizações a preços baixos, financiando os 'compradores', reduziu o papel da Sudene e por muito pouco não fundiu a CEF e o BB. Agora eles retomam o seu projeto. Mas como é possível que o governo aja dessa forma, transferindo o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a grupos empresariais nacionais e estrangeiros, sem a reação da sociedade? Sem sombra de dúvida, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, são aliados poderosos de Temer.

Os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, são aliados poderosos de Temer

Foram os grandes meios de comunicação que auxiliaram o golpe em curso com uma campanha diária e suja de desmoralização do governo. A mesma campanha que fizeram de desmoralização da Petrobras. Não levam em conta que hoje a Petrobras vale muito mais que na época de FHC. Certamente, os meios de comunicação atuarão para que o governo consiga fazer a fusão dos bancos e da Sudene. Com a ação da mídia, a população perde a noção da importância das estatais e esquece que o Esta-

do é apenas o administrador dos bens, do patrimônio da sociedade, que as estatais pertencem a cada cidadão e não ao governo federal.

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em "moedas podres" – vendidas aos "compradores" pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), financiadas em 12 anos. E a população assistiu a tudo sem grandes reações.

A fusão de empresas estatais e a entrega do pré-sal não serão realizadas para beneficiar o povo brasileiro e sim levando em conta os interesses deste governo e a busca de grandes lucros de empresas petrolíferas multinacionais. Lucros obtidos com dinheiro que deveria ser nosso. Com o dinheiro que seria investido na empresa, na saúde e educação brasileira.

Importante que todos abram o olho. Unam-se e combatam esse governo que tem como projeto central beneficiar os grandes empresários em detrimento do desmonte do Estado.

Isac Santos
Diretor de Imprensa do Sindsep-PE

CHARGE SAMUCA



ÚLTIMAS

Curso de Português

O Sindsep-PE deu início, no dia 16 de agosto, ao curso Português - Leitura e Produção de Texto. As aulas estão acontecendo todas as terças e quintas, das 17h às 20h, com a professora Neuma Costa, exclusivo para filiados e dependentes. Até o final do ano serão oferecidos outros cursos como esse. Acompanhe os informativos do sindicato. "Estamos começando com produção textual, mas a ideia é ampliar para outros pontos da língua portuguesa, como gramática e novo acordo ortográfico", explica o diretor de Imprensa do Sindsep-PE, Isac Santos.



Revisitando o século 19 e a escravidão brasileira

Um retorno ao século 19 é o que pode ser vivenciado durante uma visita ao Engenho Massangana, localizado no município de Cabo de Santo Agostinho. Em uma área de dez hectares, o visitante dá um mergulho na História de um Brasil açucareiro e escravocrata. Algumas construções foram conservadas, como a casa-grande, com diversos móveis e objetos de decoração, a capela de São Mateus e uma moenda de cana-de-açúcar.

Depois de passar por uma reforma e ser tombado em nível estadual como Parque Nacional da Abolição, o Engenho transformou-se em um museu a céu aberto e passou a proporcionar uma aula de História e cultura a seus visitantes, que podem conhecer um pouco dos costumes da época. Foi lá que o historiador, jurista, escritor e jornalista pernambucano Joaquim Nabuco viveu dos seis meses até os oito anos de idade. O Massangana é referenciado por Nabuco como o local onde ele construiu a base de seus ideais abolicionistas.

"Aqui, o visitante tem um contato com o período escravocrata, com a História de vida de Joaquim Nabuco e do abolicionismo brasileiro", comentou o monitor do museu, Igor Amarante. O engenho conta com uma exposição permanente, a *Nabuco e Massangana: o Tempo Revisitado*.

Durante a visita, fica-se sabendo, por exem-



CASA GRANDE Móveis e decoração levam o visitante ao século 19

O nome do engenho, de origem africana, vem do rio Massangana que, na época do auge do açúcar, servia para o escoamento do que era produzido no local, e nos engenho da região, até o porto do Recife. O rio, hoje muito mais com aspecto de riacho, ainda persiste no local.

Acredita-se que Tristão de Mendonça tenha fundado o Engenho Massangana, através da doação de um pedaço de terra do município feita por Duarte Coelho, primeiro donatário da Capitania de Pernambuco. No início do século 19, as terras pertenciam a José Félix da Rocha Falcão, senhor de engenho que deixou o local para a sua filha, Ana Rosa.

Em 1849, Joaquim Nabuco nasceu e Ana Rosa e seu marido, Joaquim Pereira de Carvalho, tornaram-se padrinhos do menino, que passou a morar no engenho com a ida de seus pais para o Rio de Janeiro. Com a morte de sua madrinha, Nabuco vai morar no Rio, onde inicia a sua história como abolicionista.

Em 1960, o Massangana, junto com mais quatro engenhos da região, tornou-se uma cooperativa de trabalhadores que tinha como objetivo modernizar a produção agrícola local. Em 1972, passou às mãos do governo federal. Em 1983, a propriedade foi doada ao Estado de Pernambuco e passou a ser administrada pela Fundação Joaquim Nabuco. ◀

ATENÇÃO



EXPEDIENTE

Revista editada pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco
Rua João Fernandes Vieira, 67 – Boa Vista
CEP 50.050-200 Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Coordenação Geral
Maria das Graças de Oliveira
Secretaria Geral
José Carlos de Oliveira
Secretaria de Imprensa e Divulgação
Isac dos Santos Neto,
Sérgio da Silva Goiana
e Valdemar Joaquim de Santana

Jornalista Responsável e Edição
Fabiola Mendonça
Texto
Fabiola Mendonça (DRT-2506),
Deyse Lemos (DRT 3909),
Alexandre Yuri (DRT 2942)
Revisão Mª de Lourdes
Souto Maior Araujo

Fotos Arquivo SINDSEP-PE e Divulgação
Ilustrações Samuca
Projeto gráfico, capa e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
Impressão CCS
Fone: 3458.0000
Tiragem 12.000 exemplares

PARCERIA
A convite da Fundaj Núcleo de Aposentados e Pensionistas visitou o Engenho Massangana



Aposentados numa viagem ao passado

O rico acervo e o contato com a História do Brasil despertaram o interesse do Núcleo dos Aposentados do Sindsep-PE em conhecer o Engenho Massangana, um museu do período escravocrata que encanta seus visitantes. A visita, realizada no dia 29 de julho, foi possível graças a uma parceria entre o sindicato e a Fundaj, que disponibilizou o transporte ao local.

Ao chegarem ao Museu Engenho, os visitantes foram recebidos por um de seus monitores, Igor Amarante, e tiveram um relato da sua história. O monitor repassou informações sobre a antiga moagem da cana-de-açúcar, a produção do açúcar e da cachaça, informando que a moenda de madeira que se encontra no Massangana é do século 19, apesar de originalmente pertencer a um engenho da Paraíba. Igor disse que a senzala do local, que na época era feita de madeira e barro, não resistiu ao tempo.

“É um local mágico que nos faz vivenciar um período histórico brasileiro. É bem diferente lermos algo a respeito da escravidão e irmos ao Engenho. Me senti como se estivesse passeando por aquela época”, comentou a coordenadora do Núcleo, Nádia Urt.

Depois de um passeio pelos jardins do engenho, onde se encontram dois baobás africanos e farta vegetação, os visitantes seguiram para a casa grande, local onde viveu Joaquim Nabuco. Mesa, cadeiras, estantes, relógio, espelhos, namoreadeira, além de diversos objetos de decoração, reconstituíram o clima da época. Lá também estava uma equipe da Fundaj que trabalha na conservação do museu duas vezes por semana.

Em uma sala, uma mesa com a linha do tem-

po apresenta a história de Joaquim Nabuco com detalhes também da História do Brasil e de Pernambuco. Ao lado da mesa, quadros com fotos antigas de escravos. Na cozinha, junto ao fogão e ao forno a lenha, uma exposição de fotografias antigas em monólitos pendurados no teto por fitas coloridas.

Da casa grande, os visitantes seguiram para a capela, que fica na área mais alta do terreno. Lá, santos de barro antigos e uma sala com os restos mortais de Ana Rosa e de Joaquim Custódio Duarte de Azevêdo, antigos proprietários do engenho.

A visita foi concluída com um passeio nos jardins do Massangana. “Costumamos receber famílias aqui que vêm e passam o dia em piqueniques. É um prazer receber a todos. Importante apenas que os visitantes deixem o local limpo, como encontraram. A natureza e o patrimônio histórico agradecem”, concluiu Igor.

O Engenho Massangana faz parte da Rota dos Engenhos e Maracatus, que contempla diversos engenhos do Estado. Cada um com suas peculiaridades, os engenhos atraem por sua beleza e passado histórico. ◀

Serviço:

Entrada gratuita, de terça a sábado, das 9 às 16h30

Endereço: PE – 60 – Km 10 Cabo de Santo Agostinho | PE CEP: 54510-992

Fone: (81) 3527.4025

E-mail: agendamento.engenho@fundaj.gov.br
Para grupos, solicita-se o agendamento por telefone ou e-mail

Reajuste do servidor já foi sancionado

Depois de um longo processo de negociação com o governo, em 2015, e de quase um ano em tramitação no Congresso Nacional, o reajuste dos servidores federais, enfim, entrou em vigor (Lei 13.323/16). No dia 29 de julho, o governo interino sancionou o PL que tratava do aumento do funcionalismo. A matéria tinha sido aprovada pelo Senado no dia 12 de mesmo mês.

Mais de 800 mil servidores do Executivo serão contemplados com o projeto, que prevê um reajuste de 5,5% em agosto de 2016 e 5% em janeiro de 2017. Esse índice, nem de longe, corresponde à inflação do período, embora a negociação tenha representado um grande avanço para o conjunto do funcionalismo, especificamente para os aposentados que terão a tão sonhada paridade com os ativos.

Pela proposta, a contagem da média da gratificação para fins de aposentadoria será alterada. Atualmente, os aposentados recebem 50 pontos da Gratificação de Desempenho, enquanto os servidores da ativa podem chegar a 100 pontos, dependendo da avaliação. Com o acordo, os aposentados também terão a mesma pontuação dos ativos, sendo que essa conquista será repassada de forma escalonada, em 2017, 2018 e 2019.

“Nosso percentual de reajuste ficou aquém do que reivindicamos. Mas, sem mobilização, nosso poder de pressão fica limitado e o governo se fortalece para impor sua vontade. Mas não podemos esquecer que a paridade entre ativos e aposentados é uma grande conquista para esse setor do funcionalismo e uma vitória histórica para a CUT, Condsef e os sindicatos, que lutam há anos por isso”, salienta a coordenadora geral do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Ao contrário do que se apregoa, a folha de pagamento do funcionalismo não representa qualquer ameaça ao equilíbrio das contas públicas. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é permitido utilizar até 51% da receita com folha de pagamento, mas, nos últimos dez anos, a rubrica não passa dos 40%. Em audiência na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, em julho, o ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira, confirmou que o percentual destinado à folha do funcionalismo mantém-se estabilizado e admitiu que o reajuste acordado ano passado está abaixo da inflação. ◀

Empregados da Ebserh lutam por avanços nas negociações

Em resposta a retrocessos nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2016/2017, os empregados da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) estão mobilizados em todo o Brasil, inclusive em Pernambuco. No Hospital das Clínicas (HC) da UFPE, em Recife, foi deflagrada greve no dia 20 de julho. No dia 28, a paralisação foi suspensa, após audiência de conciliação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), realizada no dia anterior.

No TST, a Ebserh apresentou uma contraproposta à Condsef. Ofereceu um reajuste salarial de 8,8%; aumento dos benefícios de 9% (R\$ 527,10); reajuste do auxílio médico e odontológico de 9% (R\$ 139,76); e auxílio de pessoa com deficiência no valor de R\$ 186,89. A princípio a proposta não foi aceita. A Condsef se comprometeu em remeter à votação da base. Caso as partes não cheguem a um acordo, será aberto o dissídio coletivo.



MOBILIZAÇÃO Na Ebserh Recife greve começou no dia 20/07, em Petrolina, servidores em estado de greve

Os trabalhadores da Ebserh reivindicam reajuste de 10,36% (IPCA), o plantão diurno de 12h por 36 horas para todos os profissionais e a implantação do adicional de titulação, além do plano de cargo e salário.

PETROLINA

No Hospital Universitário (HU) da Univasf, em Petrolina, a mobilização também é grande. Os servidores não deflagraram greve, mas estão em alerta e realizaram várias assembleias para avaliar as negociações com a empresa. “Acho um avanço muito importante para a classe trabalhadora da Ebserh, considerando a organização por local de trabalho e o espírito de luta e de liderança que esses companheiros tem demonstrado nesse setor”, ressalta o diretor territorial de base do Sindsep-PE, no Sertão, Paulo Batista de Castro. ◀

‘Pedaladas Fiscais’ não foram crimes

O Ministério Público Federal (MPF/DF) mandou arquivar a denúncia criminal referente às chamadas “pedaladas fiscais” da presidente Dilma Rousseff. O entendimento do Ministério Público de que não houve operação de crédito no atraso de repasses de recursos da União ao Banco do Brasil para o financiamento do Plano Safra 2015 coloca abaixo à tese do impeachment. O atraso foi um dos argumentos que motivaram o pedido de afastamento da presidenta.

A perícia do Senado já havia dito que não teve ato da presidenta Dilma Rousseff no caso das pedaladas. Então, chega-se a conclusão óbvia que não houve ilegalidade por parte da presidenta.

Diante do resultado, os senadores Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) apresentaram dois requerimentos à comissão do impeachment do Senado. O primeiro solicita que o procurador do Ministério Público Ivan Claudio Marx, que mandou arquivar a denúncia contra Dilma, seja

ouvido na condição de testemunha em sessão extraordinária.

“Como que nós vamos processar e julgar uma presidente da República, quando o Ministério Público, que tem a responsabilidade formal de definir o que é crime ou não, diz que não é crime as chamadas pedaladas fiscais?”, questionou Gleisi durante discurso em plenário no Senado. Para a senadora, a decisão do procurador enterra, definitivamente, os argumentos pelo impeachment da presidente Dilma.

Em outro requerimento, os três senadores pedem a retirada dos autos de todos os documentos relativos ao Plano Safra 2015, uma vez que a perícia realizada por técnicos do Senado e apresentada à mesma comissão concluiu que não houve participação de Dilma nas chamadas “pedaladas fiscais”.

Já é mais do que claro que Dilma foi afastada apenas porque não estava impedindo a Polícia Federal de promover as investigações

contra políticos corruptos e porque ela não se curvava ao desejo da elite brasileira e de multinacionais do petróleo. Pouco tempo depois de tomar o poder, o governo golpista vem promovendo uma agenda elitista ao desconstruir todas as conquistas sociais dos últimos anos e ao acenar com as duas mãos para multinacionais oferecendo o petróleo do pré-sal.

Apesar de reconhecer que o julgamento na Comissão do Impeachment tem um componente mais político do que jurídico, o advogado da presidenta, José Eduardo Cardozo disse confiar na possibilidade de arquivamento da denúncia.

“Acredito que mesmo os que politicamente defendem o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, diante da situação que acontece a cada dia, vão ficar muito constrangidos. Quem tiver um pouco de preocupação com coerência, com demonstrar que age de forma justa, vai ficar muito constrangido. Será constrangedor dizer que há crime nesse caso”, concluiu. ◀

A entrega das maiores jazidas de petróleo brasileiras a multinacionais estrangeiras poderá se tornar uma realidade em breve. A Comissão Especial da Câmara dos Deputados Federais aprovou, por 22 votos, o Projeto de Lei 4567/16, que tira da Petrobras a exclusividade na operação do pré-sal e acaba com a garantia que a empresa tem de participação mínima de 30% nos processos licitatórios para exploração dessas reservas. Apenas cinco deputados da Comissão votaram contra o relatório: Carlos Zarattini (PT/SP), Valmir Prascidelli (PT/SP), Henrique Fontana (PT/RS), Moema Gramacho (PT/BA) e Glauber Braga (PsoL/RJ). Agora, o projeto segue para votação no Plenário da Câmara e pode ser aprovado com maioria simples dos votos.

A proposta que deu origem ao PL 4567 foi aprovada em fevereiro último no Senado por meio do PLS 131/2015, do então senador José Serra (PSDB/SP). “Serra havia prometido a Chevron e a outras multinacionais do Petróleo que iria acabar com o Regime de Partilha do Pré-Sal. As promessas ocorreram em 2010 quando ele disputou a eleição presidencial. Ficamos sabendo disso por meio de documentos oficiais do governo norte-americano, vazados pelo site Wikileaks. Hoje ele é ministro das Relações Exteriores e está trabalhando para entregar o nosso petróleo a essas empresas”, comentou o coordenador do Sindicato dos Petroleiros de Pernambuco e Paraíba (Sindipetro-PE/PB), Marcos Aurélio Monteiro.

O atual presidente da Petrobras, Pedro Parente, também já declarou o apoio ao projeto. A pressa da direita brasileira e do atual governo em mudar a regra do jogo, ainda durante o governo interino, deixa claro que a disputa pelo petróleo brasileiro está no centro do golpe que levou ao afastamento da presidenta Dilma Rousseff.

Como o governo do PT era contrário a entrega do pré-sal, especula-se que multinacionais do petróleo investiram fortemente para desacreditar o governo Dilma e a Petrobras, financiando movimentos que defendiam o golpe e investindo em publicidade nos meios de comunicação para conquistar a adesão da mídia. Eles também teriam investido em agentes da Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário brasileiro. Recentemente vazou outro documento interno do governo americano, pelo Wikileaks, comprovando que os EUA treinaram agentes da Polícia Federal, Judiciário e Ministério Público, entre eles Sérgio Moro, que coordena a operação Lava Jato.

ATAQUE À SOBERANIA

Tirar da Petrobras a exclusividade na operação do pré-sal é um ataque frontal à soberania, com o objetivo claro de fragilizar a maior empresa brasileira e a política de conteúdo nacional. A nova regra fará com que a empresa perca no futuro 82 bilhões de barris de petróleo, no mínimo, levando em conta as estimativas de que o pré-sal tenha pelo menos 273 bilhões de barris de reservas, como revelam estudos recentes.

Além disso, a Petrobras é a única operadora que movimenta a cadeia nacional do setor, gerando empregos e investimentos no país. É também a única petrolífera no mundo que detém domínio tecnológico para operar o pré-sal com custos abaixo da média mundial. “A desculpa deles é que a Petrobras está falida! Uma mentira deslavada. No mês de julho, a empresa conseguiu capitalizar US\$ 3 bilhões no mercado internacional. Se ela estivesse quebrada, ninguém iria querer investir”, disse o coordenador do Sindipetro-PE/PB.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) e seus sindicatos vêm conduzindo greves nas bases do Sistema Petrobras e mobilizações no Congresso Nacional para impedir que o pré-sal seja entregue às multinacionais e pretendem intensificar a luta em defesa da soberania nacional. “É importante que todos os setores da sociedade civil se somem à mobilização da categoria. Isso porque o petróleo é uma riqueza de todos os brasileiros”, concluiu Marcos Aurélio.

O pré-sal é nosso!



Exploração revertida em educação e saúde

Atualmente, a Lei 12.351/10 determina que a Petrobras seja a operadora exclusiva responsável pela condução e execução de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção de petróleo. Importante destacar que o Congresso aprovou, em 2013, a Lei que destina um percentual de 75% dos royalties do petróleo, que caberiam ao governo, para a educação. Os outros 25% foram destinados à saúde. Além disso, o texto prevê que 50% de todos os recursos do Fundo Social do pré-sal sejam destinados para os dois setores.

O projeto de Serra retira a exclusividade da Petrobras como operadora do pré-sal, permitindo que outras empresas possam ser responsáveis por tais atividades. Na prática, a estatal seria apenas mais uma petrolífera, que disputaria áreas do pré-sal, e só seria operadora quando conseguisse formar um consórcio vitorioso do leilão dos blocos. O texto define que caberá ao chefe do Poder Executivo a decisão final sobre quais blocos ofertados deverão ser operados pela empresa.

“Com a entrega do pré-sal, estão entregando o futuro do Brasil. O investimento que seria realizado na educação e saúde, a partir dos royalties, iria mudar a nossa realidade. É um ataque organizado contra um projeto soberano de desenvolvimento nacional. O pré-sal é a maior reserva de petróleo da atualidade”, observou Marcos Aurélio. ◀



MARCO AURÉLIO
Com a entrega do pré-sal, estão entregando o futuro do Brasil

A exportação do agronegócio brasileiro para a África



Nos quadros de uma economia dependente da ajuda externa e de natureza extrativa, aberta aos megaprojetos do complexo mineral e energético, Moçambique começou a atrair os interesses das economias emergentes que formavam os chamados BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), na primeira década do século XXI, dando um passo adiante na exploração das riquezas existentes no solo e subsolo moçambicanos, à medida que começaram a penetrar fortemente no seu setor agrícola.

Com a promessa de levarem à África grandes investimentos e uma “revolução verde”, China e Índia envolveram-se num processo de açambarcamento de terras em várias partes do continente, sem que tenham sido constatados impactos positivos no que diz respeito à (prometida) solução do problema da segurança alimentar da maior parte das populações africanas.

O Brasil, por sua parte, desde 2003, apresentou-se aos países africanos - particularmente aos que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) - como um país comprometido com o “pagamento de uma dívida histórica” com o continente, numa referência aos 4 séculos de escravidão negra no Brasil.

À frente de tal iniciativa, estaria a cooperação brasileira no setor agrícola, em especial na área da biotecnologia, com a transferência de tecnologias e a criação de competências humanas e institucionais, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No entanto, por detrás das novas relações brasileiras com a África, encontrava-se uma rede de interesses que ia muito além de uma simples cooperação no campo das técnicas agrícolas. De fato, o “canto da sereia” da diplomacia brasileira na África abriu espaços para a entrada no continente africano de empresas privadas na área da exploração de carvão mineral (Vale S.A.) e no setor da construção (Norberto Odebrecht S.A. e Camargo Corrêa S.A.).

De outra parte, também no âmbito da diplomacia brasileira na África, sob a forma de cooperação multilateral, destaca-se o ProSAVANA. Resultante da cooperação entre Japão, Brasil e Moçambique, o Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique pretende desenvolver a agricultura tropical no chamado “Corredor de Nacala”,

que abrange alguns distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa, na região norte de Moçambique.

A escolha da região vincula-se ao fato desta ter as mesmas características geográficas do cerrado brasileiro. O propósito é replicar em Moçambique o “sucesso” alcançado pela cooperação entre Brasil e Japão no cerrado brasileiro, por meio do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecer.

É claro que a imagem internacional do Brasil como um dos maiores celeiros do mundo contribuiu em grande medida para a construção de parcerias internacionais que envolvam programas direcionados à agricultura, mas, também, é de grande valia no plano ideológico para encobrir as mazelas que se encontram associadas ao processo histórico de desenvolvimento dessa grande potência agrícola internacional, a saber: a vitória do projeto de classe do chamado “agronegócio” por meio de mais um ciclo histórico de concentração fundiária em nosso país.

Dentro desse contexto, o que deve ser colocado de um ponto de vista crítico é se, com o ProSAVANA, o Brasil está se afirmando como um “legítimo parceiro de desenvolvimento” ou como um “instrumento de usurpação de terras” dos camponeses pobres moçambicanos, reproduzindo aquilo que foi feito nos seus 500 anos de história.

Na teoria, o ProSAVANA se propõe a reformular o panorama econômico de uma área de 14 milhões de hectares (o Corredor de Nacala), transformando-a numa zona agrícola de alta produtividade que garanta a segurança alimentar, com o apoio de uma cooperação técnica neutra.

Na prática, imagina-se a reprodução histórica da experiência brasileira do Cerrado de submissão da agricultura familiar à agricultura comercial de larga escala, com a expansão desenfreada de monoculturas, da concentração de terras nas mãos do agronegócio em prejuízo de pequenos produtores e das comunidades locais, do desmatamento, da erosão do solo, da contaminação dos recursos hídricos devido à utilização intensiva de pesticidas e fertilizantes químicos.

Tendo como base a experiência histórica brasileira, é difícil não conjecturar que, com o ProSAVANA, o Brasil “exporta” para Moçambique o agronegócio nacional, numa ação de natureza neocolonialista. ◀



LULA
“Não tenho medo de enfrentar a elite e a imprensa barulhenta”

Caravana da Democracia encerra 1ª edição com Lula

Depois de percorrer 12 municípios espalhados pelo interior de Pernambuco, a Caravana da Democracia aportou no Recife, no dia 13 de julho, encerrando a primeira etapa da empreitada. Milhares de pessoas se reuniram na avenida Rio Branco, bairro do Recife, para receber a Caravana, organizada pela Frente Brasil Popular, para mobilizar os pernambucanos contra o golpe que está em curso no Brasil. Apesar do dia de chuva, centenas de pessoas compareceram ao ato, que teve como estrela principal o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), além de representantes de movimentos sociais, sindicatos e políticos.

Em seu discurso, Lula denunciou o interesse de criminalizar o PT para depois criminalizar os demais partidos de esquerda e os movimentos sindicais e sociais. “Mas não dizem que só existe investigação contra a corrupção no país porque o PT investiu na inteligência da Polícia Federal e não interfere na escolha do procurador da República. Nós não temos medo de investigação. Mas temos medo das delações premiadas de criminosos que denunciam qualquer pessoa e depois vão fumar charuto na praia gozando da cara do povo brasileiro”, discursou Lula, lembrando que o PT inaugurou o Portal da Transparência para que a população tenha acesso a todos os gastos do governo.

Para o petista, a direita nacional não se conforma porque o PT fez em 13 anos o que ela não fez em mais de quatro séculos. “O crime

que cometi nesse país foi dizer ao povo pobre que ele tinha o direito de comer três vezes ao dia. Foi dizer ao pobre da periferia, ao negro, a mulher, que eles tinham direito de fazer universidade. Foi dizer aos trabalhadores rurais, produzam que o governo irá comprar sua produção. Foi construir quase quatro vezes mais escolas técnicas que eles construíram em mais de quatro séculos. Foi aumentar o salário mínimo acima da inflação”, destacou.

Lula voltou a criticar Temer e o golpe. “Para chegar à Presidência tem que disputar uma eleição. A Dilma não cometeu crime nenhum. A gente estava vivendo um período ruim, mas a gente não troca de presidente como troca de roupa. O presidente tem que ser julgado pelo mandato inteiro. Dilma tinha três anos de mandato e os caras resolveram reunir uma maioria e assaltaram o poder. Foi um assalto legalizado”.

Ao final de sua fala, Lula voltou a afirmar que poderá ser candidato a presidente da República. “Se tudo que estão fazendo com a Dilma e com o PT é com medo que eu volte em 2018, que se preparem. Porque eu posso voltar e vai depender do povo desse país. Se eles não sabem cuidar do povo, eu sei. Não tenho medo de enfrentar a elite e a imprensa brasileira”, desafiou.

PIONEIRISMO

A Caravana da Democracia é uma iniciativa pioneira da Frente Popular de Pernambuco. Presente ao ato do encerramento da primeira etapa do projeto, o presidente nacional da CUT, Wagner Freitas, disse que o exemplo será levado para todo o Brasil. “Ficamos admirados com o trabalho que está sendo feito aqui. A ideia é promover um movimento igual nos demais estados”, garantiu Freitas. A luta em favor da democracia e contra o governo golpista de Michel Temer não irá parar.

Segundo Carlos Veras, presidente da CUT estadual, uma segunda edição da Caravana será promovida em breve. “Não vamos parar. Conseguimos mobilizar boa parte da população, mas esse é só o início. Vamos continuar com as movimentações. Não iremos esperar que a direita retire todas as conquistas sociais do povo brasileiro.”

A Caravana da Democracia passou pelos municípios de Petrolina, Ouricuri, Salgueiro, Petrolândia, Serra Talhada, Afogados da Ingazeira, Arcoverde, Garanhuns, Palmares, Surubim, Caruaru e Recife. O projeto mobilizou trabalhadores e trabalhadoras desses municípios e entorno para denunciar o golpe em curso no Brasil e chamar a população para defender a democracia e o direito da classe trabalhadora. ◀◀

Setores da Condsef se reúnem para discutir prioridades

DE MAIO A JULHO, ONZE SETORES DA CONDSEF SE REUNIRAM EM BRASÍLIA PARA ANALISAR A CONJUNTURA POLÍTICA E ECONÔMICA DO PAÍS, DISCUTIR E DELIBERAR AS PRIORIDADES ESPECÍFICAS. A MAIORIA DOS ENCONTROS NACIONAIS FOI DE SERVIDORES REGIDOS PELO REGIME JURÍDICO ÚNICO, OS RJUs, COMO OS SERVIDORES DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (C&T), CULTURA, CIVIS DA DEFESA, FAZENDÁRIOS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO, DO DNOCS, INCRA E EXTERRITÓRIOS. TAMBÉM SE REUNIRAM OS EX-ANISTIADOS (LEI 8878/94), OS EMPREGADOS DA CONAB E OS APOSENTADOS E PENSIONISTAS. CONFIRA A SEGUIR UM RESUMO DESSES MOMENTOS. PARA A COORDENADORA GERAL DO SINDSEP-PE, GRAÇA OLIVEIRA, FORAM MOMENTOS DE DISCUSSÃO IMPORTANTES. “ESSES ENCONTROS NÃO SÓ ORGANIZARAM AS DEMANDAS ESPECÍFICAS DOS SETORES, MAS, SOBRETUDO, MOBILIZARAM A CATEGORIA PARA, NESSE MOMENTO DELICADO PELO QUAL PASSA O PAÍS, DESPERTAR PARA A NECESSIDADE DE A CATEGORIA ESTAR UNIDA E MOBILIZADA”, RESSALTA A SINDICALISTA.

Ciência e Tecnologia (C&T)

13 MAIO

Os trabalhadores presentes denunciaram o risco de fechamento de alguns órgãos, devido ao sucateamento. Eles pontuaram a necessidade da unidade dos servidores para superar o momento político atual porque só com mobilização é possível avançar nas conquistas e derrotar projetos que tramitam no Congresso e são prejudiciais à categoria, como o PL 257/16. O setor também se mostrou apreensivo pelas constantes mudanças na direção e principalmente nas indicações que foram feitas por Temer. Como resultado, os trabalhadores aprovaram alguns encaminhamentos. A ideia é participar de todas as atividades em defesa do serviço público, e dos planos de saúde de auto-gestão.

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Valorização do VB com incorporação das gratificações
- ▶ Reajustar e transformar a GQ e a RT em percentuais sobre o VB
- ▶ Contra o aumento abusivo dos Planos de Saúde
- ▶ Retirar da ficha funcional dos servidores os assentos em participação nas greves
- ▶ Inclusão das GQs 2 e 3 para os servidores de nível auxiliar
- ▶ Incluir os anistiados do governo Collor no plano de carreira de C&TI como RJU Equiparação das GQs à maior GQ existente hoje
- ▶ Cumprimento total do acordo nº 09/2012, assinado pelo MPOG e CONDSEF/CUT/Fórum C&TI, quanto à incorporação da GDACT ao VB (cláusula terceira)
- ▶ Pagamento imediato do retroativo da GQ do nível intermediário a partir de 2008
- ▶ Realização imediata de concurso público

Aposentados e pensionistas

13 MAIO

O encontro nacional realizado em maio foi dividido em três momentos: Informes, análise de conjuntura e propostas. Após discutir o cenário do governo interino, os aposentados e pensionistas se mostraram inseguros com o futuro do serviço público e dos acordos negociados com o governo Dilma que garantem a paridade. Para lutar contra essa situação, eles ratificaram a participação do setor nas plenárias da Condsef, visando, dentre outras coisas, a construção de uma marcha a Brasília, ainda este ano.

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Mobilizar, com a ajuda da Condsef, os sindicatos a participarem na organização e luta dos fóruns estaduais, em defesa das pessoas idosas, aposentados e pensionistas, no sentido de politizar e reforçar esta luta
- ▶ Realizar uma agenda de diálogo com ativos, aposentáveis ou não, sobre assuntos relacionados a aposentadoria no serviço público
- ▶ Lutar pela volta da emissão dos contracheques para servidores aposentados e pensionistas
- ▶ Buscar sempre a prioridade das ações judiciais em andamento para aposentados e pensionistas
- ▶ Realizar anualmente encontro dos aposentados e pensionistas
- ▶ Fazer pressão junto à Câmara Federal/Senado pela aprovação da PEC 555 (fim do desconto previdenciário)
- ▶ Exigir a participação de representantes aposentados na comissão permanente de negociação com o governo

Cultura

16 JUNHO

Os servidores se reuniram em encontro nacional no dia 18 de junho e problema é o que não faltará para ser discutido, depois que o órgão perdeu o status de ministério. Eles dividiram os seus encaminhamentos em três frentes: Organização Sindical; Gestão de Órgãos da Cultura; e Conjuntura, Reforma Administrativa e Consequências para o Sistema Minc. A primeira foi a mais curta, orienta apenas a unidade entre sindicatos e associações para o fortalecimento do setor. A segunda encaminha para a luta por uma gestão democrática e por eleição para cargos do sistema Minc. A terceira e última frente foi a mais delicada e aponta para uma ação mais incisiva dos servidores. Confira mais detalhes a seguir.

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Elaborar um dossiê sobre os órgãos do sistema Minc (situação/dificuldades, quadro de pessoal, propostas etc.)
- ▶ Criar comissão nacional pela valorização dos servidores da área de patrimônio cultural
- ▶ Criar comissão nacional pela valorização dos servidores da área de ação/produção cultural
- ▶ Realizar audiência pública sobre a reforma do Ministério em especial o SEPHAN
- ▶ Sobre o SEPHAN: Foi criada uma comissão Mista para a aprovação de várias secretarias especiais, no âmbito da ADF
- ▶ Envolver nas atividades para “barrar” a aprovação da SEPHAN, a CONDSEF e associações nacionais, além de que, os servidores devem encaminhar e-mails aos membros da comissão mista da MPV 728/2016, de modo a impedir que esses parlamentares votem a favor e prejudiquem a área de patrimônio cultural

Ex-anistiados

18 JUNHO

No encontro nacional, os ex-anistiados (Lei 8878/94) ratificaram a pauta de reivindicações específicas do setor aprovada em 2015. Dentre os itens reivindicados no documento está a extensão de todos os benefícios dos servidores da Lei 8112 para eles, reestruturação de tabela salarial, reconhecimento dos anuênios, bem como do tempo em que ficaram afastados para fins de aposentadoria, e reenquadramento dos servidores desviados de função. Eles querem também a concessão de uma série de benefícios, como auxílio educação, parcelamento de férias, insalubridade e periculosidade, pecúlio por morte, auxílio funeral e adicional noturno. Outra reivindicação é o combate ao assédio moral.

VALORES DOS BENEFÍCIOS SOLICITADOS

- ▶ Auxílio alimentação de R\$ 799
- ▶ Cesta natalina no mesmo valor do auxílio alimentação, extensivo aos servidores afastados por motivo de doença profissional, acidente de trabalho, auxílio doença e licença maternidade
- ▶ Reajuste do auxílio saúde para R\$ 650
- ▶ Reajuste do auxílio pré-escolar para R\$ 312,00
- ▶ Concessão do vale cultura, conforme Lei 12761/12
- ▶ Auxílio educação no valor de R\$ 560, aos servidores e seus dependentes até 18 anos de idade

Civis do Ministério da Defesa

18 JUNHO

O encontro nacional contou com a participação de 29 servidores dos estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Cada um apresentou os informes do seu estado, relatando os principais problemas e reivindicações. Após as explanações encaminharam uma série de orientações e prioridades do setor. Sobre a conjuntura atual do país se manifestaram contra o golpe, mas entenderam a necessidade de negociar com o governo interino como sindicalistas. Uma das principais reivindicações do setor é justamente a reabertura das negociações com o governo e para isso devem participar de todas as atividades em Brasília.

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Ampliar a atenção nas negociações sobre aposentados e pensionistas dos órgãos militares
- ▶ Agendar reunião (Condsef), por meio de ofício, com o ministro da Defesa, para concluir a negociação da inclusão dos servidores do PGPE das OMs tecnológicas no PCCTM e a extensão da Lei 12.277 para os servidores do PGPE das demais OMs
- ▶ Realizar Seminário Nacional de Mulheres Trabalhadoras da base da CONDSEF para discutir o empoderamento da mulher, violência doméstica, assédio moral e sexual e garantia de direitos
- ▶ Lutar pela reabertura das negociações específicas do setor
- ▶ Elaborar (Condsef) Carta Aberta com temas específicos (assédio moral e sexual, violência doméstica, jornada dupla, aposentadoria etc.) para que seja divulgada nos meios de comunicação do movimento sindical da base
- ▶ Encaminhar à próxima plenária estatutária da CONDSEF a obrigatoriedade de realizar Encontro dos Departamentos duas vezes ao ano
- ▶ Orientar servidores com desvio de função a buscar seus direitos na Justiça
- ▶ Reafirmar a pauta da CONDSEF no combate ao assédio moral e sexual e a discriminação étnica, de gênero, religiosa e de orientação sexual e/ou a qualquer tipo de discriminação
- ▶ Lutar por organização dos trabalhadores por local de trabalho
- ▶ Formar um grupo de WhatsApp com servidores dos órgãos militares

Agrários

1º JULHO

Durante o Encontro Nacional dos Servidores Agrários, no dia 1º de julho, os participantes apresentaram sugestões de diversos itens para compor o plano de luta. Um assunto muito discutido foi a Geap, contra o aumento abusivo e pelo fortalecimento do plano de saúde. Mostraram-se dispostos a construir a greve geral. Do ponto de vista específico, as demandas giram em torno da reestruturação da carreira, com criação de gratificações (titulação e localidade).

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Promoção das Políticas desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário e Incra
- ▶ Modernizar os sistemas e programas de computador para ampliar parceria com outros órgãos governamentais
- ▶ Defender aumento de orçamento do Incra para quitar dívidas e ampliar ações
- ▶ Fazer gestão junto com os movimentos sociais e outros atores políticos para eliminar barreiras do TCU ao Incra
- ▶ Buscar junto à administração do Incra formas de automatizar o recebimento dos comprovantes de pagamento de mensalidade de planos de saúde, de modo a facilitar o reembolso do per capita
- ▶ Atualização da Legislação Federal e normativos internos do Incra em relação às suas atividades

Ex-territórios

15 E 16 JULHO

A cidade de Porto Velho (RO) sediou o encontro nacional dos ex-territórios, nos dias 15 e 16 de julho, promovido pela Condsef. Pernambuco participou do encontro com a representação de Fernando de Noronha. O setor possui servidores da Educação, Saúde e Agricultura, com carreiras e demandas específicas. Eles reivindicam a reabertura do prazo para os servidores do setor optarem por carreiras afins no serviço público. Querem também a assinatura da Portaria 493/13, que trata do Reconhecimento dos Saberes e Competências (RSC) e se posicionaram contra matérias no Congresso que são prejudiciais à categoria, como a PEC 241/16 e PL 257 (ajustes fiscais) e PL 867/2015 (Lei de mordada).

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Defender a PEC 555/06 (fim da extinção da cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas) e o PL 4293/08 (anistia aos Pdvistas)
- ▶ Marcha Nacional dos aposentados puxada pela Condsef
- ▶ Contra o aumento abusivo do Plano de Saúde GEAP
- ▶ Reabertura de prazo para a Opção do PCC ao PGPE

Fazendários

16 JULHO

O grande entrave do setor é a própria carreira, que nada mais é que uma tabela salarial defasada e desarrumada. Os fazendários querem transformá-la verdadeiramente em um plano de cargos, reestruturar sua tabela, criar gratificações de qualificação, de titulação e aglutinar cargos de acordo com o grau de escolaridade e similaridade das atribuições. No encontro nacional realizado no dia 16 de julho, os servidores do setor discutiram basicamente essa questão e tiraram alguns encaminhamentos.

DIRETRIZES PARA REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA

- ▶ Instituir carreira com mobilidade no Ministério
- ▶ Garantir crescimento na carreira por mérito, considerando capacitação, qualificação e tempo de serviço
- ▶ Apostar no caráter coletivo das atividades desenvolvidas pelo servidor
- ▶ Garantir o acesso aos instrumentos de qualificação
- ▶ Lutar por uma tabela salarial condizente com as atribuições da Fazenda, buscando similaridade com as tabelas já existentes no ministério
- ▶ Garantir acesso por mérito a cargos de gestão
- ▶ Valorizar os cargos de nível de apoio
- ▶ Preparar, junto à Condsef, proposta de reestruturação baseada nos pontos já aprovados no encontro. A diretoria da confederação deve encaminhar proposta às suas filiadas para divulgação, discussão e deliberação e, a partir disso, encaminhar ao Ministério

Dnocs

Enquanto os trabalhadores da maioria dos órgãos têm como pauta central a luta por reestruturação de carreiras e melhoras de tabelas salariais e benefícios, os servidores do Dnocs lutam pela reestruturação do órgão, para que ele não seja extinto. Em encontro nacional do setor, realizado no dia 27 de julho pela Condsef, no Ceará, essa preocupação ficou evidente. Além de os últimos governos não estarem investindo em políticas públicas de combate à seca, o Dnocs também vem sendo sucateado. Falta infraestrutura e, principalmente, mão-de-obra. Boa parte dos servidores está prestes a se aposentar e não existem perspectivas de concursos públicos. Confira ao lado.

Conab

18 JULHO

Há alguns anos a Condsef vem lutando na Justiça pela representação legal dos empregados da Conab. A ideia é que a entidade retome as negociações do Acordo Coletivo da categoria, que vem sendo representada por uma confederação que nada tem a ver com o setor. Para organizar as negociações do novo ACT foi definido um calendário de atividades no dia 18 de junho. Eles correm contra o tempo, pois a data-base é 1º de setembro. Os trabalhadores também definiram os eixos da Campanha Salarial específica do setor.

EIXOS DE LUTA DA CONAB

- ▶ Cumprimento do ACT 2015/2015
- ▶ Isonomia de direitos
- ▶ Avanços nas negociações
- ▶ Reconhecimento da escolaridade/titularidade
- ▶ Reajuste salarial com ganho real
- ▶ Combate à precarização
- ▶ Novo Plano de Cargos e Salários
- ▶ Revisão da tabela salarial (PCCS 2009)
- ▶ Criação da Caixa de Assistência
- ▶ Conab 100% Empresa Pública
- ▶ Retorno pelo ACT dos benefícios cortados pela Diretoria da Conab

Educação

22 JULHO

No encontro nacional, realizado no dia 22 de julho, em Brasília, os trabalhadores da educação fizeram um resgate histórico da negociação e mobilização do setor. Eles lembraram os encaminhamentos tirados na plenária realizada pela Condsef em novembro de 2014, na cidade de Luziânia, Goiás, e avaliaram que pouco se avançou desde então. Também questionaram a ausência da Confederação em algumas negociações nacionais da educação. Para contornar esses problemas, os 16 delegados de sete estados, entre eles Pernambuco (Sindsep-PE), presentes no evento, tiraram encaminhamentos de luta importantes para o setor, confira abaixo.

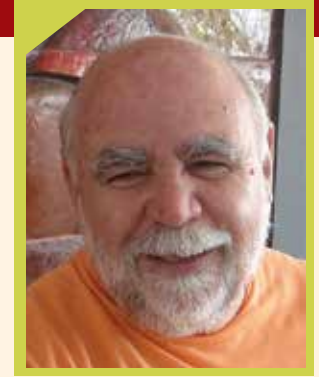
DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Fortalecer a organização e mobilização do setor
- ▶ Não negociar com governo ilegítimo, seguindo deliberação da plenária da Condsef
- ▶ Organizar uma “Rede de Comunicação da Educação”
- ▶ Dividir as tarefas (ver abaixo) em frentes de ação para encaminhar a luta: a)Resgate histórico; b)Organização sindical; c)Demandas/Pauta reivindicações; d)Plano de Carreira; e)Agenda temática: Dimitri/ DF

27 JULHO

DEMAIS ENCAMINHAMENTOS

- ▶ Criar uma frente parlamentar e das entidades pela reestruturação do DNOCS, JÁ!
- ▶ Solicitar uma audiência com o Ministro da Integração Nacional
- ▶ Criar uma força tarefa no Congresso Nacional pela reestruturação do DNOCS
- ▶ Formar uma comissão, fazer um manifesto e visitar os governos dos Estados do Polígono da Seca
- ▶ Visitar e envolver os prefeitos, através das suas associações
- ▶ Discutir com as universidades o projeto de reestruturação do DNOCS



O ministério do golpe

Permaneci, esse tempo todo, intrigado com o modo como foi indicado o deputado pernambucano José Mendonça Filho (o “Mendoncinha”) para ministro da Educação. No início, pensei que fosse uma retribuição pelo seu ingente trabalho conspiratório contra a presidenta da República, Dilma Rousseff, mesmo desmerecendo com isso a importância da Educação, nesse ministério de “homens, brancos e ricos”, como disse a nossa presidenta. Conheço o deputado pernambucano há vários anos, mas nunca tinha visto nele nenhuma vocação especial para tratar de políticas públicas para a Educação.

Mendoncinha é natural de Belo Jardim (PE) e filho de um ex-deputado do PFL, José Mendonça. É casado com a filha do genro do coronel Chico Heráclito, de Limoeiro, e senador biônico, Marcos Vinícius Vilaça, que apesar de pousar de literato e intelectual, nunca se referiu ao genro, de maneira intelectualmente elogiosa. Há pouco, descobri através de uma das minhas leitoras que ele tinha sido professor dela. E ótimo professor! Fiquei matutando que disciplina o colega de Belo Jardim teria lecionado. Depois descobri que ele tinha sido presidente de uma associação de avicultores. Daí, passei a achar que ele tivesse conhecimentos de galináceos e seus correlatos.

Mendonça Filho foi duas vezes à Pós-graduação de Ciência Política, a meu convite. Mas foi “puxado” pelo seu tio, o saudoso empresário Edson Moura Mororó, de quem me considerei amigo até o dia de sua morte. Foi o doutor Edson quem rebocou o sobrinho (como faria com o ex-senador Marco Maciel) a atender o meu

convite. Em nenhuma das vezes, o deputado do DEM (e conspirador) demonstrou dotes oratórios, intelectuais ou mesmo políticos; chegou a mostrar nervosismo e derramar uma xícara de café. Depois disso, Mendoncinha não voltaria a aceitar nenhum convite para ir ao Programa, apesar das promessas...

Qual não foi, então, a minha surpresa quando soube de sua nomeação pelo usurpador interino para Ministro da Educação! E, por extensão, da Cultura. Fiquei pensando, cultura avícola? Ou quem sabe lupina? Agora vem o esclarecimento que foi o empresário dos serviços educacionais, Janguê Diniz, dono da Faculdade Maurício de Nassau, quem bancou a indicação do nome de José Mendonça Filho para o Ministério da Educação! Mais ainda, o empresário educacional conseguiu também emplacar o nome do economista Maurício Romão para a Secretaria de Regulação e Supervisão do MEC, órgão responsável pela licença e autorização para funcionamento de novos cursos. Vocês imaginem como é colocar uma raposa no galinheiro e avaliem o resultado dessa astuta operação: o dono da faculdade privada interfere diretamente no órgão responsável pela fiscalização do seu negócio!

Não foi à-toa que o ministro interino entrou com uma ação no STF para derrubar as cotas dos estudantes nos cursos superiores públicos e agora se saiu com a idéia extraordinária de autorizar a cobrança de mensalidades nas IESs públicas. Dissipou-se o mistério da indicação do deputado de Belo Jardim: representante de interesses privatistas no Ministério da Educação.

Tal como o da saúde, o deputado Ricardo Barros, quer acabar ou diminuir o SUS, atendendo ao pedido das empresas privadas de Saúde. E o das Cidades, o menudo Bruno Araujo, acabar ou diminuir com o programa de habitação popular. E o do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, acabar ou diminuir as políticas compensatórias de redistribuição de renda. E o das Relações Exteriores, José Serra, acabar com a política externa multilateral, sul-sul, do governo Lula, para voltar à subserviência do Brasil aos interesses norte-americanos.

Esse ministério não é só de homens, brancos e ricos. Ele é o ministério da privatização grosseira, brutal, antipopular e antinacional. Perguntaram-me porque tantos pernambucanos estavam nesse ministério do temerário amigo de Eduardo Cunha, o desventuroso. A explicação é uma só: troca troca, compra e venda, fisiologismo puro. Nunca ficou tão clara e revelada a vocação desses políticos provincianos em vender o apoio - para causas tão deprimentes - em troca de alguma visibilidade, de alguma notabilidade, mesmo a custos de um golpe e da destruição das políticas redistributivas.

Não se preocupam com nada, nem com ninguém. Só com os cargos e os dividendos políticos que eles podem trazer. Lamentável essa crise de representação parlamentar. Ela só contribui para aumentar a descrença do cidadão comum nos políticos e pavimentar a estrada para os aventureiros de toda estirpe. ◀◀

PELO MUNDO

Golpe no golpe na Turquia

Depois de sofrer uma tentativa de Golpe Militar na Turquia, o presidente Tayyip Erdogan está respondendo com um ‘golpe branco’. O estado de emergência foi decretado por três meses, permitindo que o Poder Executivo legisle por decretos e limitando os direitos constitucionais da população. Além disso, em represália, as pessoas supostamente envolvidas no golpe fracassado, estão sendo perseguidas. O número de expurgados e detidos está chegando a 60 mil. Erdogan estaria se valendo da oportunidade para não só reprimir os envolvidos com o golpe, mas para se livrar de vários setores que se opõem a seu governo e a seu partido. Professores universitários foram proibidos de viajar para o exterior, e os que estão fora do país receberam ordem de retornar. O presidente declarou que, se o Parlamento aprovar a reintrodução da pena de morte, banida há 12 anos, caberá ao governo implementar a decisão.

Itália adota ‘Bolsa Família’

Enquanto o governo golpista de Michel Temer ameaça o Bolsa Família, o governo italiano, através do ministro do Trabalho, Giuliano Poletti, anuncia que vai adotar em escala nacional um programa semelhante. O programa se chama ‘Sustento para a inclusão ativa’. Ele foi criado, em caráter experimental, em 2013. Com sua ampliação, deverá beneficiar entre 180 e 220 mil famílias consideradas em situação de extrema pobreza ou em dificuldades. O total de pessoas atingidas pelo programa é estimado entre 800 mil e 1 milhão, sendo metade delas menor de idade. O orçamento do programa para 2016 é de R\$ 750 milhões, e em 2017 está prevista a aplicação de R\$ 1,5 bilhão. Os pagamentos serão bimestrais, com R\$ 80 por pessoa no núcleo familiar, até um teto de R\$ 400 mensais.